

**UNIVERSIDADE E ROÇA: SABERES NA ENCRUZILHADA**

UNIVERSITY AND COUNTRYSIDE: KNOWLEDGE AT THE CROSSROAD

UNIVERSIDAD Y CAMPO: SABERES EN LA ENCRUZIJADA

**Maria Dalva de Lima Macedo**ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1039-005X>

Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Campus IV - Brasil

**DOI: 10.22481/poliges.v2i3.9891**

**Resumo:** O artigo é parte da minha tese de doutoramento intitulada A curva e a encruzilhada: a relação entre roça e universidade nos sertões da Bahia. Fundamentado teórico-metodologicamente na História Oral e em Epistemologias do Sul, apresenta a escrita a partir do diálogo entre teoria e experiência, e, de forma metafórica, compara o acesso à universidade a curva e a encruzilhada do caminho. O trabalho apresenta a roça enquanto território híbrido, originado da fusão de negros, indígenas e brancos empobrecidos, cuja forma de estar no mundo configura uma cultura negra resultante da transferência de parte do patrimônio cultural de África para o Brasil; a roça que, em sucessivos processos de desterritorialização/reterritorialização em diferentes bases materiais, se multiterritorializa através de corpos diaspóricos e difere do conceito científico-filosófico de campo, escapando do sentido semantizador universal. A relação entre universidade e roça é avaliada pelo duplo movimento de oferta e acesso efetuado respectivamente, pela universidade e pela roça. Neste contexto, a multicampia representa um ganho para a roça, contudo, exige o deslocamento dos corpos da roça até a universidade. A roça não é visível para a universidade, ao contrário, ambas se encontram em lados opostos da linha abissal que separa o conhecimento em válido (universidade) e invisível (roça). Validar o conhecimento produzido e reproduzido pela roça, multiterritorializando e/ou descolonizando corpos e a própria roça, constitui o desafio da relação entre roça e universidade.

**Palavras chave:** Desterritorialização/reterritorialização. Roça. Universidade

**Abstract:** This article is part of my doctoral thesis, entitled The bend and the crossroad: relationship between countryside and university in the backlands of Bahia. Theoretically-methodologically grounded on Oral History and Southern Epistemologies, it presents a writing that originates from the dialogue between theory and experience, and metaphorically compares access to university to a bend and a crossroad in the path. This work shows the countryside as a hybrid territory, originated from the fusion of black,

indigenous and impoverished white people, whose way of being in the word configures a black culture resulting from the transfer of part of Africa's cultural heritage to Brazil; the countryside that, in successive processes of deterritorialization/reterritorialization on different material bases, becomes multiterritorialized through diasporic bodies and differs from scientific-philosophical concept of field. The relationship between university and countryside is evaluated by the dual movement of offer and access carried out, respectively, by the university and by the countryside. In this context, the multicampus represents a gain for the countryside, however, it requires the displacement of bodies from the countryside the university. The countryside is not visible to a university, on the contrary, both are on opposite sides of an abyssal line that separates knowledge into valid (university) and invisible (countryside). Validating the knowledge produced and reproduced by the countryside, multiterritorializing and/or decolonizing bodies and the countryside itself, constitutes the challenge of the relationship between countryside and university.

**Keywords:** Countryside. Deterritorialization/reterritorialization. University

**Resumen:** El artículo es parte de mi tesis de doctoramiento intitulada La curva y la universidad: la relación entre campo y universidad en los sertões de la Bahia. Fundamentado teórico-metodológicamente en la Historia Oral y en Epistemologías del Sur, presenta la escrita a partir del diálogo entre teoría y experiencia, y, de forma metafórica, compara el acceso a la universidad la curva y la encruzijada del camino. El trabajo presenta el campo como territorio híbrido, originado de la fusión de negros, indígenas y blancos empobrecidos, cuya forma de estar en el mundo configura una cultura negra resultante del traslado de parte del patrimonio cultural de África para el Brasil; el campo que, en sucesivos procesos de pérdida de territorio/recuperada de territorio en distintas bases materiales, se mezcla grupos de varios lugares a través de cuerpos desplazados y difere del concepto científico-filosófico de campo, escapando del sentido semantizador universal. La relación entre la universidad y campo es evaluada por el doble movimiento de oferta y acceso efectuado respectivamente, por la universidad y por el campo. En este contexto, la multicampia representa un ganó para el campo, sin embargo, exige el desplazamiento de los cuerpos del campo hasta la universidad. El campo no es visible para la universidad, por el contrario, ambos se encuentran en lados opuestos de la línea abismal que separa el conocimiento en válido (universidad) y invisible (campo). Validar el conocimiento producido y reproducido por el campo, mezclando grupos de varios lugares y/o descolonizando cuerpos y el propio campo, constitui el desafío de la relación entre campo y universidad.

**Palabras claves:** Campo. Pérdida de territorio/recuperada de territorio. Universidad

## INTRODUÇÃO

Diz a sabedoria nagô que a encruzilhada suscita movimento e mistério, reino de Exu, o ponto de interseção de um feixe de caminhos, se traduz como o momento da escolha, seu ônus e seu bônus”.

Guilherme Augusto Rezende Lemos, 2010.

Este artigo é parte da minha tese de doutoramento, intitulada *A curva e a encruzilhada: a relação entre roça e universidade nos sertões da Bahia, na contemporaneidade*, que trata do papel exercido pela Universidade na elaboração e efetivação dos programas de governo e de políticas “de fixação do homem ao campo”, e, dos processos de desterritorialização e reterritorialização da roça.

A pesquisa tem como recorte espacial à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especificamente o campus IV que, situado na cidade de Jacobina, atende a todo território de identidade<sup>1</sup> do Piemonte da Chapada, além de alguns municípios pertencentes aos seguintes territórios de identidade do sertão baiano: Sisal, Bacia do Jacuípe, Irecê e Piemonte do Paraguassu.

A opção pelo termo roça não é aleatória, mas, um posicionamento político construído em longos anos de convivência com o espaço rural. Vem da necessidade de trabalhar com uma terminologia compreendida e aceita pelos sujeitos que ali vivem. O conceito de campo e de zona rural vem de fora para dentro. Forjados epistemologicamente na modernidade, a partir de paradigmas europeus, dizem sobre sujeitos que não vivenciam efetivamente o que aqui denominamos de roça. “Fixar o homem ao campo” é um termo que representa o propósito de determinadas políticas do Estado de minimizar ou inviabilizar a mobilidade de homens e mulheres da roça. A palavra campo é conceito hegemônico e, portanto, tido como verdade universal.

Muito tem se debatido sobre ruralidade: sua relação com o urbano, sua continuidade e/ou seu fim; políticas públicas para o “campo”, políticas educacionais (formais e não formais); a viabilidade do “campo”, a questão agrícola e os movimentos sociais pela terra. Este debate, no entanto, tem sido pouco vinculado ao

---

<sup>1</sup> A configuração dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia teve como principal indutor o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que em 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, introduziu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Pronat com o objetivo de “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia”.

debate sobre Universidade e o papel desta em relação às questões supracitadas que dizem respeito à roça.

De forma metafórica pensamos a presença da roça na universidade como a curva de uma estrada: apresenta-se como o novo, momento de ruptura com o linear, deslocamento da linha reta situada entre dois pontos (ponto de partida e ponto de chegada). Porém, se por um lado o acesso à universidade aparece como curva da estrada, por outro lado, a experiência que ela propicia, pode ser comparada a encruzilhada. Essa é outra metáfora utilizada aqui que nos ajuda a pensar os conflitos e negociações entre roça e universidade, entre o rural e o urbano. A encruzilhada é, ao mesmo tempo, lugar da indeterminação e da possibilidade. A interpenetração entre o rural e o urbano (roça e universidade) representa esta indeterminação, na medida em que cada uma se desloca do seu lugar, que rompe com a ideia de um lugar predeterminado, fixo e com purismos determinantes. O contato inicial entre roça e universidade, guarda rupturas e estranhezas; desejos e expectativas. Quanto à possibilidade, ela se revela na experiência, dentro e fora da universidade, durante e após o período de duração do curso de graduação. A possibilidade nasce da indeterminação e representa diferentes caminhos a escolher, negociações e conflitos. A encruzilhada é fronteira, lugar da interpenetração, do hibridismo, mas, essencialmente, lugar sagrado da comunicação, da astúcia, da imprevisibilidade e da mobilidade.

A minha experiência, como mulher negra da roça, como professora de Estágio Supervisionado, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e como pesquisadora, motivou e orientou a pesquisa no que diz respeito às construções teórico-metodológicas, percepções e leituras, narrativas e diálogos que apontam para a especificidade do relacionamento entre universidade e roça, esta última representada pelos estudantes oriundos dali que, de forma crescente, têm acessado o ensino superior, na UNEB, no campus IV/Jacobina. São sujeitos históricos e, como tais, trazem consigo experiências socioculturais, formas específicas de ler e estar no mundo. Carregam a roça em suas bagagens e como em toda interação que envolve o rural e o urbano efetivam trocas, experimentam novidades, costumam lugares marcados pelo deslocamento, pela indeterminação e pela possibilidade. No intuito

de validar a forma pela qual os sujeitos da roça concebem o conhecimento, e, em atenção a força da oralidade na construção e reprodução deste conhecimento, é que tomo a História Oral como método de pesquisa e, portanto, as narrativas dos entrevistados como fonte principal da tese. Nesta perspectiva, a escolha dos entrevistados foi criteriosa, levando em consideração o lugar que cada um deles ocupa junto aos seus pares.

O que nos move em direção a história oral é o significado desta para populações que tem na oralidade sua principal fonte de conhecimento e, que usa a mesma para passar esse conhecimento de geração para geração. Segundo Geraldi:

Enquanto sujeitos históricos, herdeiros de e pertencentes a uma cultura letrada, não deixamos de reconhecer a existência de uma cultura oral, popular, transmitida de geração a geração. Nem deixamos de reconhecer que, no cotidiano distante dos bancos letrados, gestam-se outros modos de conceber o mundo, outras linguagens e mil formas outras de sobreviver na “cidade das letras” (GERALDI, 2000, p. 101).

Escrevo imbuída do desejo de expressar estas outras formas mil de sobreviver na “cidade das letras”, apresentando experiência e narrativa como ferramentas construtoras de uma epistemologia do Sul, capaz de validar os saberes coletivos da roça enquanto conhecimento e tradição. Penso não ser possível transformar o mundo invisível em visível usando os mesmos pressupostos teórico-metodológicos que negam a sua existência. A tradição oral é o pilar do conhecimento da roça e se sustenta na experiência e na narrativa.

É com fundamento neste conhecimento (que tem se perpetuado através da experiência e da narrativa) e na busca pela validação deste, através da História Oral e de epistemologias do Sul, que subverto na escrita, ainda que timidamente, o rigor acadêmico próprio do conhecimento ocidental validado como verdade universal.

As entrevistas abertas possibilitaram aos entrevistados a liberdade de falar sobre as suas experiências, e esse encontro com a narrativa remete à questão do suposto fim desta e da tradição, na modernidade. Segundo Benjamin (1986), a sociedade capitalista moderna inaugura o declínio da tradição e de uma memória comum à experiência coletiva. O desenvolvimento tecnológico, o caráter fragmentário e em série da produção industrial, a aceleração do tempo e o

individualismo distanciou o narrador do ouvinte, as novas gerações de seus anciões, o trabalho do produto final, “a mão e a voz”, “o gesto e a palavra”.

Quem ainda encontra pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como anel, de geração à geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência? (BENJAMIN, 1986, p. 114).

As palavras de Benjamin suscitam a reflexão sobre o empobrecimento da narrativa e da experiência. Na contemporaneidade o passado assim como o presente é fluido e a memória parece ter se tornado uma espécie de arquivo que não tem espaço para nada além de informações descartáveis.

Neste contexto, é substancial a liberdade dos entrevistados de narrar sobre suas experiências na roça e na universidade, invocando a memória e a tradição.

A construção deste trabalho se deu, portanto, a partir do diálogo entre experiência e teoria, pilares para os caminhos propostos para a pesquisa. A opção foi por apresentar os pressupostos teórico-metodológicos ao longo da tese, e não em um capítulo específico. Tanto a escrita na primeira pessoa do singular, quanto as narrativas que compõem o texto, dizem sobre o desejo de subverter o rigor e a verdade próprios de epistemologias ocidentais, expressando e validando um conhecimento caracterizado pela experiência e oralidade, indissociável do objeto de estudo (a roça), do método (História Oral) e do propósito de construir um conhecimento com base em Epistemologias do Sul<sup>2</sup>.

O objetivo aqui é analisar o impacto da universidade na roça, a partir da elaboração e efetivação das políticas de “fixação do homem no campo” e dos

---

<sup>2</sup> Segundo Santos (2010, p.15; 19), “Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. [...] O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mudo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte).” “[...] Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (Santos, 1995, p. 508).

processos de desterritorialização e reterritorialização experimentados pelos sujeitos desta última, atentando para o papel desempenhado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV, na vida dos supracitados sujeitos. Nesta perspectiva, chamo a atenção para a construção dos sujeitos da pesquisa, professores e estudantes universitários da roça, e os processos de desterritorialização/reterritorialização experimentados por estes, nas idas e vindas entre o rural e o urbano, na interpenetração entre roça e universidade; busco significar roça, a partir do diálogo entre teoria e experiência, atentando para os sentidos desta e as especificidades que definem sua territorialidade; procuro analisar a universidade brasileira na contemporaneidade, e neste contexto a UNEB, identificando possíveis interpenetrações entre universidade e roça, através do acesso e do tripé ensino, pesquisa e extensão;

Nesta direção busco responder qual o papel da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), campus IV, situada na cidade de Jacobina, no sertão baiano, na elaboração e efetivação das políticas de “fixação do homem no campo” e em relação aos processos de desterritorialização e reterritorialização da roça.

Apresentamos universidade e roça inseridas no recorte espacial sertão, entendido como espaço construído em oposição ao litoral, que, no entanto, sempre estabeleceu importantes conexões com este.

Em relação à Universidade do Estado da Bahia (Uneb), campus IV, situado no sertão baiano, se faz necessário atentar para a multicampia que caracteriza essa instituição e as particularidades que apresenta cada Campus. Contudo, embora guarde especificidades, a Uneb pouco difere de outras instituições de ensino superior do país no que diz respeito à concepção de universidade. A Uneb, reúne significativos trabalhos no âmbito do ensino, da extensão e da pesquisa, porém, se encontra ainda distante de um lugar onde o diálogo com a realidade social, política e cultural contemporânea sirva de esteio para a construção de um conhecimento transformador.

A roça é apresentada aqui como uma territorialidade rural e se encaixa na afirmação de MOREIRA (2005, p.7 e 10) (em relação às novas ruralidades), ou seja: não cabe mais no “arcabouço teórico-conceitual elaborado sob os princípios da

modernidade. (...) Não é mais aceito falar em um rural exclusivamente agrícola ou de um urbano que não inclua também possibilidades de construção de identidades rurais”. Segundo este autor, os sujeitos podem manter vínculos com determinado território mesmo estando fora de sua dimensão espacial, pois as fronteiras entre territórios são móveis, se cruzam e se deslocam de acordo com a mobilidade dos sujeitos que ocupam essas áreas. Nesse sentido, a roça não se conforma em um espaço rural delimitado, ao contrário, ela penetra em outro espaço: a cidade (espaço urbano) e também é penetrada por este, tendo como referencial o hibridismo sócio cultural. Um rural não conformado em sentidos fixos e significações universalizantes.

Del Priore (2006) fala da origem da roça como sendo a partir da junção de escravizados e indígenas que em espaços restritos experimentaram um jeito próprio de lidar com a vida e a morte.

O diálogo com Sodré (1988) ajudou a pensar a roça na medida em que propõe um conceito de cultura para o Brasil, a partir da ruptura com uma visão colonizada que nos distanciam das nossas raízes africanas e indígenas. Pensamos a roça dentro desse contexto cultural e, portanto, assumimos um lugar político que nega a roça como sinônimo de campo, compreendendo aquela como resultante de um processo de reterritorialização marcado pela condensação de territórios africanos e indígenas. Nesse sentido, a roça seria culturalmente negra. Segundo Sodré, sempre houve uma cultura de diáspora no Brasil e essa cultura negro-brasileira é marcada pela persistência em “levantar a hipótese da suspeita de que os jogos do mundo, a heterogeneidade da linguagem, não coincidam com a ordem da verdade universal produzida pela ideologia moderna”. (SODRÉ, Muniz, 2005, p. 137). A cultura da roça apresenta essa resistência à verdade universalizante.

Para Macêdo (2011) o conceito de roça está circunscrito no meio rural dos sertões baianos, através da fala dos sujeitos que ali vivem e nesse sentido afirma:

A opção pelo termo roça foi construída nos muitos encontros, nas escolas rurais (onde ensinamos e aprendemos), em longas caminhadas nas estradas de chão, nas casas de farinha, nas noites de reza (para São Cosme e São Damião), nas histórias contadas no terreiro de casa, sob o céu estrelado, nos adjutórios e tantos outros.

Nesses encontros, aquele espaço vivido foi sempre representado como “a roça” (MACEDO, 2011, p. 11).

Assim, a roça se define a partir de sua territorialidade, e essa é caracterizada, culturalmente, pela transferência de parte do patrimônio histórico africano em junção com a forma de estar no mundo indígena. Através do imbricamento entre material e simbólico, sagrado e profano estabelece com a terra uma relação de afeto, apropriação e domínio, que envolve negociações e conflitos em jogos capazes de seduzir verdades universalizantes.

Quanto aos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização, tomamos aqui o enfoque dado por COSTA (2012). O território é visto sob uma perspectiva integradora - o natural, o econômico, o político ou o cultural, de uma forma articulada/conectada. A desterritorialização é, segundo Costa, o movimento através do qual se estabelece a fuga do território e a reterritorialização é o movimento de (re)construção do território. Estes movimentos são indissociáveis e simultâneos. Não existe território sem um vetor de saída (desterritorialização) e não há saída do território sem simultaneamente haver um esforço no sentido de se reterritorializar. Nesse sentido, não é, como alguns afirmam, pela desterritorialização mas pela reterritorialização que a multiterritorialidade se define.

A política de fixação do homem no campo” exerce uma força contrária aos processos de desterritorialização e reterritorialização, na medida em que se apresenta no sentido de romper com a mobilidade, negando alternativas e a flexibilização de experiências de vida para os sujeitos da roça ou a possibilidade de se multiterritorializar.

## **ROÇA E UNIVERSIDADE – A CURVA E A ENCRUZILHADA**

Objetivando responder a questão proposta na pesquisa, atento para interpenetrações e silêncios, obstáculos e possibilidades, curvas e encruzilhadas entre roça e universidade. Em outras palavras, busco responder como esta instituição impacta na roça, no que diz respeito à política “de fixação do homem ao

campo” e aos processos de desterritorialização/reterritorialização da roça. Considero, nesse intuito, o acesso e a permanência de estudantes à universidade como balizadores da relação entre esta e a roça. Nesta perspectiva, relaciono, de forma metafórica, a experiência acadêmica de sujeitos da roça à curva e a encruzilhada, a partir do diálogo entre teoria e as narrativas dos estudantes e professores colaboradores/entrevistados. Nesse sentido, busco explicar a relação entre universidade e roça a partir de dois possíveis movimentos: a universidade em direção à roça e *vice e versa*.

De acordo com as narrativas, a universidade se apresenta como divisor de água na vida dos entrevistados/colaboradores, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social e simbólico. Contudo, parece ser consenso nestas narrativas o fato de que há, ainda, uma distância abissal entre a roça e a universidade. A linha abissal que separa estes dois espaços, no entanto, vai além das barreiras impostas ao acesso à universidade pela roça, mais que isso, anuncia que ambas estão situadas em lados opostos no campo do conhecimento. Segundo Santos (2010), o conhecimento manifesta-se por duas linhas abissais: a visível e a invisível. O lado visível da linha opera com aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso - à ciência moderna coube o monopólio da verdade em detrimento da filosofia e da teologia, mas, as três se encontram do mesmo lado da linha, ou seja, o lado visível. O lado invisível refere-se aos conhecimentos populares e não se encaixa em nenhuma das formas de conhecer do lado visível, simplesmente, “desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis” (Santos, 2010, p. 33). A universidade representa a ciência moderna e o seu monopólio da verdade e nesta perspectiva o conhecimento da roça desaparece como relevante ou comensurável.

A relação da roça com a universidade é marcada, por um lado, pelo desejo de acessar esta última - por parte de alguns poucos sujeitos da roça<sup>3</sup> -; pelo status que o conhecimento veiculado pela universidade confere aos sujeitos da roça; pela possibilidade de ampliar horizontes, de multiterritorializar os sujeitos dali; pelas conquistas resultantes da luta dos movimentos estudantis e docentes dentro da

---

<sup>3</sup> A linha abissal que separa universidade e roça se apresenta, também, na percepção da primeira por grande parcela da segunda, como algo inatingível, que não faz parte da vida ali.

própria universidade e, por outro lado, pelos obstáculos impostos ao acesso de sujeitos da roça à universidade; pelos percalços relativos à permanência destes ali; pelo choque cultural no contato inicial e, principalmente, pela linha abissal que ainda separa roça e universidade, no que diz respeito ao conhecimento veiculado por cada uma delas.

Da amplitude que envolve o debate sobre universidade e diversidade, interessa aqui escrever sobre acesso e tensões, como marcos da relação entre esta instituição e a roça, enquanto representantes do espaço rural e do espaço urbano (entendido como espaços complementares). A partir desta ideia de complementaridade se torna possível explicar a relação entre roça e universidade a partir de dois possíveis movimentos: a universidade em direção à roça e *vice e versa*.

O primeiro movimento, (a universidade em direção à roça) relacionado à oferta de ensino, pesquisa e extensão, tem na multicampia seu principal motor. A multicampia atua como facilitadora do acesso à universidade por sujeitos da roça e corresponde ao movimento daquela em direção a esta. Três dos cinco professores colaboradores/entrevistados fizeram graduação na UNEB, Campus IV, e reconhecem que a multicampia foi fundamental para isso. Com relação aos estudantes, sujeitos desta pesquisa, todos sem exceção afirmam que só foi possível acessar a universidade porque a UNEB chegou ao município de Jacobina.

Já o segundo movimento, diz respeito ao acesso à referida instituição de ensino superior por parte dos sujeitos da roça. Enquanto a multicampia amplia a possibilidade de oferta à aquisição do conhecimento acadêmico, o acesso da roça a este tipo de conhecimento exige deslocamentos materiais e simbólicos, por parte dos seus sujeitos. Tais deslocamentos ou mobilidades ocorrem tanto em nível local e/ou regional, quanto em nível mais global, em direção às metrópoles do país.

O acesso à universidade por sujeitos da roça, ainda que favorecido pela multicampia, exige mobilidade por parte dos referidos sujeitos. A maioria absoluta destes deixa, mesmo que temporariamente, suas roças e passam a morar nas cidades sedes dos campi da UNEB, em casas de parentes, casas alugadas ou em residências estudantis. O que chama atenção nas entrevistas é o fato da referida

mobilidade, geralmente, ocorrer inicialmente por razões de trabalho e/ou para cursar o ensino médio, e, só depois acontecer o acesso à universidade.

Nem todos/as, entretanto, moravam ou moram na cidade enquanto cursavam ou cursam a universidade. Alguns estudantes passam a semana em casas de amigos ou parentes em Jacobina e, durante o final de semana, retornam para as suas casas na roça, e, ainda há outros/as que se deslocam, todos os dias da semana, de suas casas na roça para a universidade.

Há um distanciamento entre acesso e oferta, implicado com as tensões próprias da relação rural/urbano, uma vez que, roça e universidade representam, respectivamente, aqueles dois espaços. Baudel Wanderley (2001) afirma que ao falar do universo rural, está falando sobre um espaço socialmente integrado no contexto atual das relações nacionais e internacionais. Nesta perspectiva, a roça, enquanto território rural, não está circunscrita em uma forma espacial, voltada para a agricultura de subsistência, cujas conexões não vão além das relações locais. Ao contrário, se multiterritorializa em rede e em conexões multiescalar.

Enquanto instituição representativa do universo urbano, a supremacia do conhecimento veiculado na universidade faz com que sua relação com a roça, significada, ali, como zona rural ou campo, seja a relação entre sujeito e objeto, reveladora de uma verdade absoluta sobre este espaço.

Toda e qualquer referência urbana que chega à roça, entretanto, não é via de mão única, pois, esta não é similar a uma página em branco onde se possa imprimir a verdade sobre todas as coisas. Enquanto territorialidade rural, a roça sofre e exerce influência sobre o espaço urbano, mas, sua especificidade, modo de lidar com o real, é preservada pela capacidade de (re)territorializar-se, inclusive em bases materiais urbanas. É sobre essa capacidade de se reinventar que fala Santana (2001), quando trata de migrantes da roça (do Recôncavo baiano) na cidade de Salvador, na Bahia:

O surpreendente é terem conseguido manterem-se existindo em face a situações de tamanha instabilidade. Podemos supor que uma das soluções criadas frente a repressão a modos de sentir produzidos no âmago das culturas do Recôncavo constituiu-se em agrupar-se aos iguais nos bairros, no Campo Grande, no pau de anum, nas rinhas de galo. Por outro lado, procuravam fascinar-se pelo outro e tudo que

lhe dizia respeito numa curiosidade desmedida, inclusive no “cara a cara” e no “olho no olho” com a morte de uma mulher migrante. Uma sede intensa por descobrir becos, trilhas, danças urbanas orientadas por um poderoso orgulho por suas origens e memórias da vida nas roças, sinais vivos de uma orientação nas escolhas do que deveriam aceitar/ceder/rejeitar no mundo urbano, ou empenharem-se para modificar/criar a Cidade do Salvador (SANTANA, 2001, p. 247).

Embora o trabalho de Santana não faça uso dos termos (des)territorialização/(re)territorialização é ilustrativo deste processo no que diz respeito a migração. Nesse sentido, corrobora a ideia de que há trocas materiais e simbólicas entre o espaço urbano e a roça, ainda que não haja equidade nesta troca. As tensões, os conflitos e negociações e a exclusão experimentadas pelos sujeitos da roça nos grandes centros urbanos, como no exemplo supracitado, não inviabiliza o cruzamento das fronteiras entre estes dois espaços, ao contrário, fragiliza estas fronteiras, na medida em que pressupõe um apelo pelo urbano, enquanto pólo do desenvolvimento e da civilidade em oposição ao atraso da vivência rudimentar da roça. Migrar da roça para centros urbanos vai além da luta por subsistência. Mais que isso, diz sobre resistência e desejo. O que não se pode perder de vista é que, fragilizar as fronteiras entre o rural e o urbano não significa sobrepor este último espaço ao primeiro e, portanto, não implica no fim do rural. Através da migração, a roça se desterritorializa/reterritorializa nas encostas, nos morros, nos subúrbios e periferias das grandes metrópoles, mas, também, nas zonas periféricas dos municípios de médio e pequeno porte.

O universo urbano exerce fascínio e é representado como lugar de possibilidades de desenvolvimento, realização e/ou sobrevivência. Mejia & Moreira (2005, p. 105) afirma que no tocante às atividades produtivas, a cidade representa “um espaço positivo por possibilitar uma saída às dificuldades do desempenho produtivo na roça”. No contexto das relações socioculturais, no entanto, a cidade é associada “as coisas ruins” e representa um desafio para os da roça. Enquanto espaço hegemônico, o urbano arroga para si o lugar da verdade sobre todas as coisas. Nesse sentido, a diferença é tomada como inferioridade e justifica desigualdades. Em contrapartida, a roça se sustenta na junção cultural de diferentes

grupos etnico-culturais e em processos de (des)territorialização/(re)territorialização garante sua continuidade,

Para Costa, é preciso pautar o debate sobre reterritorialização na reflexão sobre a experiência espaço/tempo entre a modernidade e a pós-modernidade. Embora desterritorialização e reterritorialização, como partes da dinâmica da territorialização, sempre fizeram parte da história humana, o debate que envolve esta temática é relativamente recente e se tornou ambíguo na contemporaneidade. A desterritorialização é, segundo Costa, o movimento através do qual se estabelece a fuga do território e a reterritorialização é o movimento de (re)construção do território. Estes movimentos são indissociáveis e simultâneos. Costa alerta que é preciso distinguir a desterritorialização dos grupos dominantes e a desterritorialização de grupos expropriados. Porém, se por um lado, a desterritorialização para os mais pobres é marcada pela mobilidade compulsória, pela falta de alternativas, em busca da sobrevivência física cotidiana, por outro lado,

É importante lembrar, contudo, que o simples fato de o pobre 'desterritorializado' ter a opção da mobilidade, ou, em outras palavras, de migrar, pode lhe garantir uma espécie de 'capital espacial' frente àquele que permanece lá onde foi desterritorializado, tamanho o valor dado pela sociedade contemporânea ao movimento, à fluidez, à ideia ou perspectiva de mudança e, mais do que isto, à possibilidade de acessar e/ou de acionar/recriar diferentes territórios (COSTA, 2012, p. 251).

No que diz respeito à roça nos sertões baianos, a desterritorialização e concomitante reterritorialização decorre de diversos aspectos. Na condição de migrante, o sujeito da roça pode se deslocar por questões econômicas, por questões ecológicas ou de degradação ambiental, ou por questões regidas pela política de territorialidade do Estado (aqui está incluído o deslocamento por questões educacionais), promovendo a desterritorialização e reterritorialização.

Costa define multiterritorialidade como “a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização” (COSTA, 2012, p. 338). Nesse sentido, ainda

segundo ele, trata-se da passagem constante de um território a outro, convívio com territórios-rede “marcados pela descontinuidade e pela fragmentação” (p. 337). A multiterritorialização implica, segundo Costa

a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (COSTA, 2012, p. 343-344).

Atento aqui para o papel do corpo nos processos de desterritorialização/reterritorialização, nas conexões entre roça e universidade, enquanto representantes dos espaços rurais e urbanos, respectivamente. Santana (2001, p. 238) diz que “os corpos não se mostram passíveis e imutáveis frente a nossas vivências e experiências históricas.” Nesta mesma direção, Gomes afirma:

[...] comunicamo-nos por meio do corpo. Um corpo que é construído biologicamente e simbolicamente na cultura e na história. [...] as singularidades culturais são dadas não somente pelas dimensões invisíveis das relações humanas. São dadas, também, pelas posturas, pelas predisposições, pelos humores e pela manipulação de diferentes partes do corpo. [...] As diferentes crenças e sentimentos, que constituem o fundamento da vida social, são aplicadas ao corpo (GOMES, 2002, p. 41).

É por meio da mobilidade (material e virtual) destes corpos marcados por processos de interlocuções culturais e subjetivações, que a roça dialoga com o universo urbano. Como afirma Lopez (2015) o corpo é resultante de construções históricas e representações culturais. Segundo esta:

O corpo localiza-se em um terreno social conflitivo, já que é um símbolo explorado nas relações de poder para classificar e hierarquizar diferenças entre grupos, assim como é perpassado pela subjetividade, no processo de dar sentido às nossas relações com o mundo (LOPEZ, 2015, p. 307).

A origem da roça, nos sertões brasileiro e, conseqüentemente, na Bahia, resultante de processos diaspóricos, se processou neste terreno conflitivo em que corpos brutalizados, violados, vilipendiados e colonizados construíram diferentes alternativas de resistências que envolvem atritos e negociações. Resistir sempre significou para estes corpos (des)territorializar-se/(re)territorializar-se e isto exigiu apropriação e domínio de costumes, saberes e crenças do outro em consonância com a transferência do patrimônio cultural e da cosmovisão do seu território de origem para uma nova base material.

O corpo colonizado é, também, um corpo resistente cuja subjetividade, códigos e expressividade denunciam a relação deste com suas experiências no espaço/tempo. As relações de subalternização e poder que perpassam o corpo orientam a percepção, apreensão e concepção deste e dizem sobre a “junção e a sobreposição do mundo das representações ao da natureza e da materialidade” (Gomes, 2002, p.41). Segundo esta autora,

[...] não podemos apagar do corpo os comportamentos e motivações orgânicas que se fazem presentes em todos os seres humanos, em qualquer tempo e lugar. A fome, o sono, a fadiga do corpo, o sexo são motivações biológicas às quais a cultura atribui uma significação especial e diferente. É a cultura que, à sua maneira, inibirá ou exaltará esses impulsos, selecionando dentre todos quais serão os inibidos, quais serão os exaltados e ainda quais serão os considerados sem importância e, portanto, tenderão a permanecer desconhecidos (GOMES, 2002, p. 42).

Segundo o pensamento de Gomes, é possível afirmar que a materialidade do corpo e suas implicações sociais são resultantes de normas culturais e dos padrões estabelecidos a partir destas, o que pressupõe, em relação a isto, a indissociabilidade entre cultura, subjetivações e relações de poder.

É sobre essas relações de poder, que envolvem padrões culturais estabelecidos, repressão, castigos, recompensas, negociações e conflitos, experimentados no corpo, que trato quando falo da relação entre roça e

universidade, no contexto dos referidos movimentos de oferta de vagas e acesso a estas.

Se por um lado parece correto afirmar que os corpos da roça experimentaram e ainda experimentam o peso da cultura hegemônica, ocidental, cristã, branca, machista e urbana, e que em longos anos, a verdade imposta por esta forma de ler o real se naturalizou de tal forma, a ponto de se reproduzir enquanto universal, por outro lado, parece também correto dizer que a resistência à imposição dessa verdade sempre existiu e que uma das estratégias utilizadas para isto tem sido a ação de invadir o jogo do outro, de se (re)territorializar desconstruindo purismos e lugares fixos. Como em qualquer jogo, entretanto, os resultados dependem da compreensão daquilo que está por trás dele e da percepção dos lugares que ocupam cada jogador. Isso significa dizer que é preciso desconstruir e/ou reconstruir a verdade que forjou cada um de nós, enquanto ser integrante de um grupo social. Nesta perspectiva, compreender o lugar do patrimônio cultural afrodescendente na (re)territorialização da roça é basilar para sua visibilidade enquanto território. Primeiro porque este legado é o princípio fundante da sua territorialidade. Segundo porque dar visibilidade a roça significa descolonizar corpos estigmatizados por estereótipos e preconceitos. Este é um papel do qual a universidade não deve se furtar.

A roça originada através de processos de des territorialização/reterritorialização entrelaçou espacialidades e corpos, a partir da junção de negros (escravizados e ex-escravizados), índios e brancos. Neste contexto, em que a memória do corpo negro é pautada pelo projeto de coisificação e/ou invisibilização de sua condição humana, se desvencilhar do elemento negro na sua composição sociocultural se mostra, para a roça, como possibilidade de minimizar a carga pejorativa e discriminatória imposta a esta por processos civilizatórios colonizadores.

Sobre colonização do corpo negro, Gomes escreve:

A diferença impressa nesse mesmo corpo pela cor da pele e pelos demais sinais diacríticos serviu como mais um argumento para justificar a colonização e encobrir intencionalidades econômicas e

políticas. Foi a comparação dos sinais do corpo negro (como o nariz, a boca, a cor da pele e o tipo de cabelo) com os do branco europeu e colonizador que, naquele contexto, serviu de argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais (GOMES, 2002, p. 42).

A partir da diferença tomada como inferioridade que justificou a colonização, o colonizador intentou a desumanização do(a) negro(a) e a produção de uma memória escravagista que se reproduz, ainda hoje, como verdade. A ideia de atrelar a identidade negra a corpos assujeitados, açoitados, acorrentados, vilipendiados pelo regime escravista, estigmatizados e inferiorizados pela fealdade imposta pelo padrão branco de beleza, nega a (re)ação contestadora de negros e negras durante a escravização e inviabiliza corpos da roça de, não só reconhecer-se negros, mas, também, de “situar-se como negros”, “exprimir-se com uma dicção própria, como uma *intenção negra*” (Lopez, 2015, p. 304).

Questionar o padrão de beleza “que prima pela “brancura” dos corpos, numa sociedade miscigenada como a nossa” constitui algo importante para se pensar alternativas à reprodução da invisibilidade da roça, uma vez que a presença do elemento negro é uma marca sociocultural deste espaço, desde sua origem, e se constitui em um atravessamento fundamental na produção da linha abissal que separa o visível do invisível.

Tornar visível aquilo que se situa do lado invisível da linha abissal requer a validação de outras formas de conhecimento tidas como irrelevantes ou incomensuráveis, ou seja, os conhecimentos tidos como populares, dos povos indígenas, da gente da roça etc. Em outras palavras, descolonizar os corpos, entendido como o próprio “ser” destes referidos sujeitos. A questão é: como isso será possível se tais corpos se encontrarem desvinculados de sua história e de sua memória ancestral? A mim, parece imprescindível atentar para a “expressão própria” do corpo da roça na construção de uma epistemologia alternativa à verdade universal, totalizante, colonizadora e ocidental. Reconheço, entretanto, que há um longo caminho a ser percorrido até a descolonização da roça, porém, abrir escuta, validar as formas como o corpo da roça se expressa, não como objeto de estudo, e

sim, como sujeito detentor de conhecimento é um importante passo nesta direção. Neste sentido, considero fundamentais os processos de desterritorialização/reterritorialização, uma vez que, desterritorializar vai além da fuga de territórios. Como afirma COSTA, (2012, p. 129), há dois tipos de desterritorialização: a relativa e a absoluta. A primeira, segundo Costa, se refere ao abandono de territórios criados e sua reterritorialização, “diz respeito ao próprio *socius*”. A segunda está ligada ao ato de pensar e a criação. “Pensar é desterritorializar”. A criação do novo só é possível na desterritorialização/reterritorialização do pensamento. “Esta reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado” (COSTA, 2012, p.131).

Romper a linha abissal, que separou diferentes formas de conhecimento em dois lados distintos e tornou os corpos da roça invisíveis, exige além de diálogo entre diferentes epistemologias, a alforria destes corpos da roça. A ação libertária da “expressão própria” significa autoconhecimento, consciência de si enquanto sujeito portador de uma história, de um patrimônio cultural e uma memória ancestral que deve ser preservada. Neste contexto o “corpo diaspórico” se apresenta como possibilidade de transformação, de resistência à invisibilização e à desumanização imposta pela colonização. Assim como para chegar à curva de uma estrada é preciso iniciar uma trajetória, de acordo com as narrativas dos entrevistados, o acesso à universidade, também, é precedido por caminhadas que atuam como um elemento detonador para isto. Pensar esta instituição como encruzilhada, por sua vez, representa vias abertas para a reterritorialização ou novos processos de desterritorialização/reterritorialização. Ambas representam a perspectiva de mudança, a possibilidade de “acessar e/ou de acionar/recriar diferentes territórios”. Portanto, a possibilidade de se tornar multiterritorial. A concepção de encruzilhada aqui está associada à força vital e criadora de Exu, no princípio cosmológico iorubano, através do qual, se instaura a dúvida, a incerteza, a imprevisibilidade, mas, também, a astúcia e a inventividade. Exú, é o primeiro a ser criado e de onde advém todas as criações (Rufino, 2015).

Exu enquanto orixá compreende-se como um princípio cosmológico. Dessa forma, é sobre a sua figuração e seus efeitos que no complexo cultural nagô se compreendem os princípios explicativos de mundo a cerca da mobilidade, dos caminhos, da imprevisibilidade, das possibilidades, das comunicações, das linguagens, das trocas, dos corpos, das individualidades, das sexualidades, do crescimento, da procriação, das ambivalências, das dúvidas, das inventividades e astúcias (RUFINO, 2015, s/p).

No contexto da encruzilhada está a possibilidade de construção de outras diretrizes para a relação entre a roça e a universidade. Corpos, comunicação, linguagens e questionamentos gestados na dúvida, na incerteza e na imprevisibilidade, mas, também, na astúcia e na inventividade, constituem o ponto de partida para o (re)conhecimento da roça na universidade e vice e versa. Interrogar a verdade que invisibiliza a roça, que nega sua existência é imprescindível a qualquer tentativa de validar sua forma de conceber o conhecimento. Nesse sentido, é fundamental que sujeitos da roça acessem a universidade, pois só assim terão condição de questionar o conhecimento veiculado por esta e através de quais mecanismos este conhecimento adquiriu status de verdade. Mas, será preciso o questionamento por parte da própria universidade, também. Questionar a si mesmo: Quem é ela? Que papel desempenha junto à sociedade onde está inserida? A quem representa? Quem são os sujeitos que diuturnamente circulam nos intramuros desta instituição?

As experiências propiciadas durante e após a universidade se assemelha à encruzilhada enquanto intersecção de feixe de caminhos e lugar sagrado, das possibilidades, das comunicações, das trocas, dos corpos e da mobilidade. O acesso a Universidade representa ruptura com a perspectiva de nunca sair da roça, mas, por si só não garante a permanência nem a conclusão do curso. Corresponde a um momento de expectativas, de dúvidas, de incertezas e escolhas. O desejo, a coragem e o esforço demandado para conseguir aprovação para cursar a universidade são confrontados por uma realidade adversa, principalmente, por ser e estar invisível naquele lugar. O caminho a seguir, a partir daí, é traçado em um contexto de negociações e de conflitos, muito mais internos que externos e, nem

sempre, as escolhas são tomadas de forma consciente, pois, como afirma Lemos (2010)

De um lado, existem aqueles que tomam seus rumos decididamente e não pensam nas demais possibilidades, aparentemente não escolhem, decidem. Entretanto, a decisão é por si só uma escolha, seja ela consciente ou não. De outro lado, existem aqueles que, contrariamente, têm imensa dificuldade em escolher, se mantêm nas encruzilhadas por longos períodos, regidos pelo “e se”, inconscientes de que a não escolha é também, por si só, uma decisão, reduzem seu universo ao ambiente da encruzilhada, em si mesmo movimento, ponto de chegada e de partida do e para o mundo (LEMOS, 2010, p. 01).

Porém, tanto a indecisão quanto o caminho a ser percorrido, às vezes, se apresenta de forma compulsória, resultante de um determinante externo ao sujeito que se encontra na encruzilhada. Ainda assim, a dúvida suscitada, por si só, desloca o sujeito e reterritorializa o pensamento.

Análoga a metáfora da curva e da encruzilhada, a universidade significa caminho, movimento, troca, imprevisibilidade e inventividade. O movimento que leva a roça até ela (a universidade) resulta na interpenetração de ambas, porque a linha abissal que separa o conhecimento próprio de cada uma delas e invisibiliza a roça não impede que, no fazer cotidiano da universidade, esta seja influenciada por aquela. A roça que chega à universidade é ainda representada por uma parcela muito pequena em relação à sua extensão territorial. Mesmo assim, cursar universidade representa para esta parcela de sujeitos da roça a possibilidade de crescimento intelectual e desenvolvimento econômico, o bônus e o ônus de se deslocar do seu território, de reterritorializar-se.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“Mundo véio sem porteira”  
(Provérbio popular)

Início as considerações finais lembrando um dito popular que tantas vezes ouvi nas minhas andanças pela roça. Certamente, nunca houve por parte de quem

falava, a intencionalidade de gerar reflexões sobre a referida expressão. Tampouco, buscava-se um sentido uno ou explicação sobre ela. Bastava aparecer alguém que há muito não se via e já saía: “ê, mundo veio sem porteira”! Em outras ocasiões, o termo era usado no contexto de conversas que versavam sobre a comunicação via televisão ou telefone, isso antes do advento da internet, e, por vezes era substituído ou acrescido por: “o mundo tá furado”.

Este trabalho, como tantos outros, é, também, “um mundo véio sem porteira”. O que quero dizer é que a pesquisa é uma atividade que não se pode aprisionar no tempo/espço. A definição do objeto, a questão, o método, fontes e documentos, não são resultantes de uma opção aleatória, mas, representam as construções subjetivas e culturais do pesquisador e/ou os múltiplos diálogos que antecederam o projeto. E, embora a escrita apresente as considerações finais, jamais se encerra, abrindo-se sempre para novas direções e tempo. O real pesquisado não nasce nem morre com aquele/la que se debruça sobre ele na pesquisa, uma vez que não se esgota nem nunca se define de forma absoluta. Portanto, não há qualquer pretensão de conclusão na minha escrita. Nesse sentido, a roça continua um “mundo véio sem porteira”, por onde construí minhas andanças, quase sempre em mutirões, entoando cantigas, “peneirando” nos sambas, me benzendo nas encruzilhadas antes de traçar novos caminhos. Mundo aberto para outros, como eu, se desterritorializar/reterritorializar e abolir novas porteiras, pois como afirmo na escrita, a desterritorialização é o vetor de saída e não há saída do território sem simultaneamente haver um esforço no sentido de se reterritorializar.

Ainda sobre a escrita, reafirmo aqui os pilares e pressupostos desta. Tendo a História Oral como método, as entrevistas representam a principal fonte documental, mas, o diálogo com diferentes autores e com epistemologias do Sul contribuiu sobremaneira com a construção da tese. Assim, o trabalho está pautado na teoria e na experiência e, é nessa perspectiva que roça e universidade aparecem no contexto do sertão da Bahia.

As experiências narradas pelos sujeitos desta pesquisa dizem sobre vivências corpóreas do passado rememoradas pelo corpo no presente. A memória não retrata

o passado e o corpo é significado no espaço e no tempo. Os sujeitos que aparecem nas narrativas são corpos construídos e deslocados no espaço e no tempo.

Com relação à roça, o diálogo com os colaboradores/entrevistados, em consonância com a teoria, resultou na construção de sentido(s) para a roça, compreendendo-a enquanto real resistente a semantização que o esgotasse.

Nesta perspectiva, apreendo este espaço pela ótica dos sujeitos que, de uma forma ou de outra, estabelece relações com ele, através da cientificidade, do trabalho, da música ou poesia e da experiência. Mas, ela aparece também, apreendida pelos sentidos, através de narrativas e imagens. Apresento roça, enquanto território, contextualizada espacialmente no sertão, e, nessa perspectiva, procuro significá-la através da polissemia da palavra e da territorialidade, não como vieses distintos, mas, ao contrário, como vertentes que dialogam entre si; a roça enquanto produção discursiva e imagética, representada pelos supracitados sujeitos, principalmente, por aqueles e aquelas que vivem ou, em algum momento, experimentaram vivências na ali. A roça, em analogia ao terreiro (culto aos orixás), é vista enquanto espaço constituído de mato, terreiro, porteira, onde o sagrado constitui a força vital que o põe em movimento. Na roça, o sagrado e o profano compõem a territorialidade, cujas especificidades a diferenciam de outras ruralidades/territorialidades como campo e fazenda. A roça, nesse contexto, é negada ou silenciada nas produções discursivas que envolvem a relação rural/urbano, campo/cidade.

A roça aparece aqui, então, como território híbrido, em infinitos processos de desterritorialização/reterritorialização, que não sucumbiu nem pode sucumbir à urbanização, visto que é movimento no espaço/tempo. Origina-se desta capacidade de se reterritorializar e, ainda que condensada em espaços restritos, nas encostas e subindo os morros, nas periferias das cidades, ela se recria na interação com o outro e se mantém roça, mesmo que em novas configurações.

A idéia de escrever sobre universidade surge da necessidade de compreender essa instituição educacional, que junto com a roça compõem o lastro da trama desta pesquisa, e, em diálogo com os entrevistados/colaboradores, apresentar o papel desempenhado por esta instituição em relação à roça, considerando tanto o acesso a

ela (movimento da roça em direção à universidade) como a multicampia e as atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas para a roça (movimento inverso). Estes não são movimentos antagônicos, ao contrário se interpenetram de tal forma que, às vezes, fica difícil determinar os limites de cada um. Ao acessar a universidade a roça se desloca e se reterritorializa e ao fazer isto exerce, também, influência sobre aquela, subvertendo, muitas vezes, a dinâmica acadêmica, jogando e confrontando os mecanismos da disciplina vigente ali. No que diz respeito à oferta, por parte da universidade, do ensino, pesquisa e extensão, as narrativas apontam que, de fato, a universidade não se movimenta em direção à roça, desenvolvendo ações voltadas para aquela, uma vez que a multicampia não representa este movimento, e sim, aqueles dos sujeitos da roça em direção à universidade. De toda forma não dá pra desconsiderar a relevância da formação de professores advindos da roça, dos cursos de extensão e pesquisa que contribuem para o exercício de questionar o conhecimento. Nesta direção, é fundamental atentar, por um lado, para o papel da multicampia, e, por outro, para a atuação do corpo que, ao se deslocar da roça à universidade, do rural para o urbano, desterritorializa-se e, simultaneamente, reterritorializa-se; passa a ser, ele próprio, encruzilhada e, portanto, lugar da possibilidade, da dúvida, da indagação e da astúcia, da inventividade e comunicação. Se por um lado a roça não é visível pela universidade, por outro, esta última se apresenta para os sujeitos da roça como a curva e a encruzilhada do caminho. Para quem vem da roça, acessar a universidade é subverter a linearidade manifesta nas políticas de “fixação do homem ao campo” e cursá-la significa abrir portas para o mundo. Esse é o paradoxo da relação entre roça e universidade: em lados opostos da linha abissal que separa o conhecimento ocidental de epistemologias não ocidentais, se apresenta, no entanto, como feixe de caminhos e, conseqüentemente, como lugar próprio para a dúvida, o questionamento, a subversão e a possibilidade, relativos à validação do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Experiência e pobreza**. In *Magia e Técnica Arte e Política*. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

GERALDI, João Wanderley. **Culturas orais em sociedades letradas**. *Educação & Sociedade*, ano XXI, no 73, Dezembro/00

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**. Minas Gerais, N. 21, Set/Out/Nov/Dez 2002.

LEMOS, Guilherme Augusto Rezende. O ensino da Filosofia e o mistério da encruzilhada. *HISPANISTA –Vol. XI n 40 – ENERO – FEBRERO – MARZO DE 2010*. **Revista electrónica de los Hispanistas de Brasil** – Fundada em abril de 2000. ISSN 1676-9058 (español) ISSN 1676-904x (português).

LOPEZ, L. C. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora – para compreender as mobilizações afro-latinas-americanas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 301-330, 2015.

MACEDO, Maria Dalva de Lima. **Resistência cultural de estudantes negros da roça, nas escolas públicas de Santa Bárbara – Ba**. (Dissertação Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Salvador, 2011.

MEJIA, M. R. G.; MOREIRA, R. J. Tensões entre diferentes ruralidades na comunidade de Taquari. In: MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SANTANA, Charles D'Almeida. **Linguagens urbanas, memórias da cidade**: vivências e imagens da Salvador de migrantes. (Tese de doutorado, no Programa de Pós-Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2001.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Fábio Josué Souza. **Nem “tabaréu/oa”, nem “doutor/a”**: o(a) aluno(a) da roça na escola da cidade – um estudo sobre representações e identidades. Salvador: UNEB (Dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade), 2005.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_ **O terreiro e a cidade**. Petrópolis: Vozes, 1988.

#### SOBRE A AUTORA

##### ***Maria Dalva de Lima Macedo***

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1997). Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2011). Doutorado pelo Programa Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (2020). Correio eletrônico: madalim10@gmail.com